

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO Nº45/2018

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.

De um lado, a **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE)**, entidade autárquica de direito público da Administração Indireta, com sede na Rua André Holanda, 716, centro, CEP:64.500-000 Oeiras-PI devidamente inscrita no CNPJ sob o nº29.575.369/0001-04, neste ato representado por **ASSUERO CÉSAR RÉGO PINHEIRO**, portador do RG nº2.068.017 SSP-PI e inscrito no CPF sob o nº948.663.683-49, , doravante denominada **CONTRATADA**;

E, de outro lado, O Estado do Piauí, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº05.805.924/0001-89, estabelecida no Rua Álvaro Mendes 2294 - Centro, CEP: 64000-060, Teresina - PI, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Senhor **CLEANDRO ALVES DE MOURA**, brasileiro (a), casado, portador da Cédula de Identidade RG nº645.451 SSP-PI e CPF:306.974.093-68, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE**.

As partes acima identificadas firmam o presente Contrato de acordo com que o dispõe as Leis Federais n. 8.666/93 e n. 11.445/07, a Portaria Federal n. 2.914/11, o Decreto Municipal n. 14.426/2014 e as demais normas que regulam a espécie, às quais desde já se sujeitam a cumprir mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DE INEXIGIBILIDADE

1.1 O presente contrato é firmado por inexigibilidade de licitação, na forma do art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93, situação devidamente ratificada pela autoridade competente, nos autos do processo n. **Processo nº19.21.0378.0000231/2018-28**.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O presente CONTRATO tem por objeto o fornecimento, pela CONTRATADA, de água tratada e/ou de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, destinado a atender às edificações pertencentes e locadas pela procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí no município de Oeiras-PI.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 A CONTRATANTE pagará, mensalmente, à CONTRATADA, o valor calculado pelo volume consumido medido, multiplicado de acordo com a tabela tarifária vigente da CONTRATANTE. O valor total do contrato para 12 (doze) meses é de R\$ 1.576,44 (um mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), sendo que, de quinze de setembro a trinta e um de dezembro do presente exercício, o valor é de R\$ 459,79 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos), conforme nota de empenho nº1592/2018. Para os sessenta meses seguintes, o valor do contrato é de R\$ 7.882,20 (sete mil, oitocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 A vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.2 Como condição de eficácia deste Contrato, a CONTRATANTE, às suas expensas, deverá publicar, no Diário Oficial da União, extrato resumido do referido Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias após a ratificação do ato pela autoridade superior, em consonância ao disposto nos artigos 26, "caput", e 61, parágrafo único, ambos da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 Em atendimento ao disposto no art. 55, III, da Lei 8.666/199, o reajuste de preços será realizado anualmente, conforme cálculo a ser homologado pela Entidade Reguladora.

CLÁUSULA SEXTA – PONTO DE ÁGUA E/OU COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

6.1 A entrega de água potável, e/ou coleta e tratamento de esgotamento sanitário, a ser fornecido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, serão realizados nos pontos de entrega atualmente existentes no Município de OEIRAS-PI, onde a CONTRATADA opera o Sistema de Abastecimento de Água e/ou Esgotamento Sanitário.

6.1.1 São de inteira responsabilidade da CONTRATANTE as instalações necessárias à distribuição interna, transporte de água potável, e/ou coleta e tratamento de esgoto, bem como a proteção destas instalações.



CLÁUSULA SÉTIMA - DA MEDIÇÃO

7.1 A medição da água potável fornecida à CONTRATANTE, em todos os seus parâmetros, será efetuada por meio de instrumentos de medição pertencentes e instalados pela CONTRATADA nas unidades consumidoras, de acordo com as suas normas e padrões.

7.1.1 Serão de responsabilidade da CONTRATANTE os eventuais custos decorrentes das adaptações, em suas instalações, que se façam necessários para possibilitar o recebimento do equipamento de medição.

7.1.2 Constituirá motivo de suspensão de fornecimento a inobservância, pela CONTRATANTE, de qualquer das cláusulas do presente CONTRATO e os demais casos previstos na legislação pertinente.

7.1.3 A CONTRATADA compromete-se a aferir seus instrumentos de medição periodicamente, com a fiscalização da CONTRATANTE, se a esta assim convier. Aferições extras poderão ser efetuadas por solicitação da CONTRATANTE a qualquer momento, cabendo, porém, a esta as despesas decorrentes, se for constatado que os medidores aferidos se encontram dentro das margens de tolerância de erro admitidas nas especificações do Instituto Nacional de Pesos e Medidas - INMETRO e/ou da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou, na falta destas, em norma internacional tradicionalmente aceita.

7.1.4 A CONTRATANTE será responsável pela guarda dos equipamentos de medição e seus acessórios, não podendo intervir nem deixar que outros intervenham no respectivo funcionamento, a não ser os representantes da CONTRATADA, devidamente identificados.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACESSO ÀS INSTALAÇÕES

8.1 A CONTRATANTE consentirá, em qualquer tempo, que representantes da CONTRATADA, devidamente credenciados, tenham acesso às instalações de sua propriedade e fornecerá aos mesmos os dados e informações que solicitarem, sobre assuntos pertinentes ao funcionamento dos aparelhos e instalações ligados ao sistema de abastecimento de água potável e/ou esgotamento sanitário.

CLÁUSULA NONA – DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO

9.1 A CONTRATADA se reserva o direito de suspender total ou parcialmente o fornecimento de água potável e se isenta de qualquer responsabilidade, penalidades ou indenização pelos prejuízos eventualmente advindos à CONTRATANTE, em consequência desse fato, quando a suspensão se verificar por motivo de caso fortuito ou força maior, de ordem de autoridades competentes, impedimentos legais, secas, incêndios, explosões, guerras, revoluções, inundações, acidentes nas instalações ou fenômenos meteorológicos.

9.1.1 Os serviços de manutenção programada nas instalações da CONTRATADA, que obriguem a interrupção de fornecimento à unidade consumidora, somente poderão ser executados mediante aviso prévio de 48 (quarenta e oito) horas, isentando-se a CONTRATADA de qualquer responsabilidade, penalidade ou indenização pelos eventuais prejuízos causados a CONTRATANTE.



9.1.2 Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção de imediato, conforme itens "a" e "b" abaixo, ou após prévia comunicação à CONTRATANTE, conforme itens "c" a "g":

- a) No caso de restar verificada situação de risco à saúde pública, ao meio ambiente e possível danificação do sistema, inclusive situações decorrentes de caso fortuito e/ou força maior;
- b) Nos casos de ordem eminentemente técnica, razões de ordem técnica ou de segurança de pessoas e bens, bem como nos casos de irregularidades ou fraudes praticadas no sistema, conforme prevê o Regulamento de Serviço aprovado pelo Poder Concedente;
- c) Pelo inadimplemento da CONTRATANTE no pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificada, conforme autorizam o Regulamento de Serviço (Decreto Municipal n. 12.071/2012) e a Lei Federal n. 11.445/2007;
- d) Pelo não pagamento de encargos e serviços vinculados ao sistema de abastecimento de água, prestados mediante autorização da CONTRATANTE ou estabelecido no Regulamento e legislação competentes;
- e) Pelo não pagamento de prejuízos causados pela CONTRATANTE às instalações da CONTRATADA, desde que vinculados à prestação dos serviços públicos;
- f) Pelo descumprimento de qualquer dispositivo previsto no Regulamento de Serviço aprovado pelo Poder Concedente;
- g) Nos casos em que houver comprovação de recusa por parte da CONTRATANTE para reparações ou substituições necessárias no hidrômetro e no registro de parada instalado antes do hidrômetro, caso em que a CONTRATADA poderá suspender, após 48 (quarenta e oito) horas da notificação, a prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FATURAMENTO

10.1 A CONTRATADA emitirá faturas mensais com base nos valores medidos da água potável fornecida à CONTRATANTE, em sendo o caso de utilização do sistema de abastecimento de água, observadas as cláusulas deste CONTRATO e a legislação em vigor, bem como as tarifas fixadas pelo Poder Concedente, com os ajustes previstos.

10.1.1 As demais condições de pagamento e apresentação de fatura obedecerão, no que couber, às cláusulas contratuais entre as partes.

10.1.2 O não pagamento, pela CONTRATANTE, dos valores faturados no prazo previsto, ensejará a incidência de:

- I. **MULTA** de 2% sobre o valor da fatura;
- II. **JUROS** de 1% ao mês; e
- III. **CORREÇÃO MONETÁRIA** com base no INPC.

10.1.3 Para fins de faturamento, a componente de consumo M3 (Metro Cúbico) será a realmente registrada no intervalo de duas leituras consecutivas.

10.1.4 No caso de defeito em equipamento de medição ou erro comprovado na leitura, será considerada, para efeito de faturamento, uma estimativa dos valores da



demanda, com base nos dados estatísticos disponíveis, nos termos do Regulamento de Serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS DA CONTRATANTE

10.1 Responder apenas por débitos relativos à fatura de água potável e/ou esgoto de sua responsabilidade;

10.2 Ser informada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sobre providências quanto às solicitações ou reclamações;

10.3 Ser informada, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre a possibilidade da suspensão de fornecimento por falta de pagamento da fatura de água potável e serviços de esgotamento sanitário;

10.4 Ter a água potável religada, no caso de suspensão indevida, sem quaisquer despesas, no prazo máximo de até 3 (três) horas, a partir da constatação da CONTRATADA ou da informação da CONTRATANTE;

10.5 Ter a água potável religada, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, depois que informar o pagamento da fatura de água e esgoto, em sendo o caso de utilização do sistema de abastecimento de água.

10.6 Ter, para fins de consulta, nos locais de atendimento, acesso às Normas e Padrões da CONTRATADA e às Condições Gerais de Fornecimento de Água Potável e Serviços de Esgotamento Sanitário; e

10.7 Ter a unidade consumidora classificada de modo a proporcionar a aplicação da tarifa mais vantajosa a que o consumidor tiver direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DEVERES DA CONTRATANTE

12.1 Fornecer livre acesso a empregados e representantes da CONTRATADA para fins de inspeção e leitura dos medidores de água, em sendo o caso de utilização do sistema de abastecimento de água;

12.2 Pagar a fatura referente ao fornecimento de água potável e/ou serviços de esgotamento sanitário até a data do vencimento, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de atraso;

12.3 Manter os dados cadastrais atualizados junto à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E COBRANÇA DE OUTROS SERVIÇOS

13.1 A CONTRATADA poderá:

a) Executar outros serviços vinculados à prestação de fornecimento de água potável e/ou serviços de esgotamento sanitário, desde que a CONTRATANTE, por sua livre escolha, decida por contratar;

b) Emitir fatura específica para a cobrança de outros serviços, desde que autorizada, antecipadamente, pela CONTRATANTE;



c) Em caso de a CONTRATANTE não efetuar o pagamento da fatura, a CONTRATADA efetuará o corte no fornecimento dos serviços, com aviso prévio de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 Caso haja mudança na legislação específica de água potável e esgotamento sanitário, que venha alterar o pactuado no presente CONTRATO, tais alterações serão incorporadas neste instrumento, independentemente de transcrição.

14.2 É expressamente proibido o uso de fontes alternativas (poços e/ou fossas), uma vez que o Regulamento de Serviços determina a utilização exclusiva dos serviços de água e esgotamento sanitário em locais abastecidos por sistema público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RENÚNCIA

15.1 A abstenção eventual de qualquer das partes no uso das faculdades que lhes são concedidas no presente CONTRATO, não importará em renúncia relativa às novas oportunidades de uso das mesmas faculdades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FISCALIZAÇÃO

16.1 Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, a execução dos serviços, objeto deste Contrato, estará sujeita a mais ampla, irrestrita e rigorosa fiscalização pela CONTRATANTE, no ato da execução, obrigando-se a CONTRATADA a prestar todos os esclarecimentos necessários que lhe forem solicitados.

16.1.1 A existência da fiscalização, por parte da CONTRATANTE, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

17.1 O presente CONTRATO rescindir-se-á:

a) Por mútuo acordo, atendidas as conveniências das partes;

b) Por iniciativa da CONTRATADA e sem direito da CONTRATANTE a qualquer indenização, independentemente de interpelação judicial ou providências quaisquer de ordem administrativa, se:

b.1 A CONTRATANTE deixar de saldar quaisquer dos compromissos financeiros assumidos;

b.2 A CONTRATANTE aumentar sua carga instalada sem prévia apreciação e anuência por parte da CONTRATADA;

b.3 A CONTRATANTE desobedecer a qualquer cláusula deste CONTRATO;

b.4 A CONTRATANTE transferir o CONTRATO a terceiros, sem prévia anuência por parte da CONTRATADA;

c) Por iniciativa da CONTRATANTE, se a CONTRATADA descumprir qualquer cláusula deste CONTRATO.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

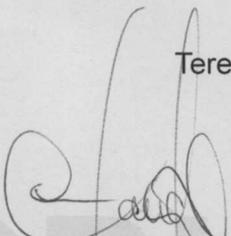
18.1 Para os casos omissos no presente CONTRATO e relativo às condições de fornecimento de água potável e/ou serviços de esgotamento sanitário, prevalecerão as condições gerais das normas e disposições regulamentares em vigor.

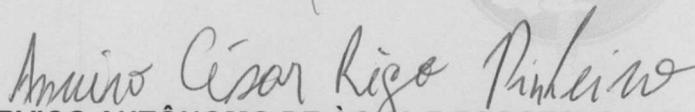
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste CONTRATO, as partes contratantes elegem o foro da Comarca de Teresina, Estado do Piauí, em privilégio a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2 E assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente em 3 (três) vias, de um só teor e efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, que desde já, consideram abonadas em juízo ou fora dele, obrigando-se por si e seus sucessores a fazê-lo cumprir nos termos e condições estipulados.

Teresina, 06 de novembro de 2018.


Cleandro Alves de Moura.
Procurador-Geral de Justiça


SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE)
ASSUERO CÉSAR RÊGO PINHEIRO
REPRESENTANTE

Testemunhas:

NOME: Assuero Oliveira de Souza
CPF: 577.936.383-87

NOME: Esperina Natália Rústica Amorim
CPF: 024298133-80



--SESSÃO DE ABERTURA: dia 17/12/2018, às 11:00 (horário local)
DATA: 29 de novembro de 2018.
PRESIDENTE DA CPL: Afranio Oliveira da Silva

5.5. AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2018

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CNPJ nº 05.805.924/0001-89

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2018

OBJETO: O objeto desta licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada para execução de reforma e ampliação de sala para abrigar a Promotoria de Guadalupe, no fórum da cidade, em Rua Horácio Ribeiro, no bairro centro, em Guadalupe-PI, de acordo com as especificações técnicas **discriminadas** no anexo I (Projeto Básico).

TIPO: Menor preço.

TOTAL DE LOTES: Lote I (11 itens).

VALOR TOTAL: O valor total fixado para a futura contratação é de **R\$ 109.808,69 (Cento e nove mil, oitocentos e oito reais e sessenta e nove centavos).**

ENDEREÇO: Coordenadoria de Licitações e Contrato, Procuradoria Geral de Justiça, localizada na Rua Álvaro Mendes, nº 2294, Centro, Teresina-PI.

EDITAL DISPONÍVEL: a partir de 30 de novembro de 2018 no site WWW.MPPI.MP.BR, no link Licitações e Contratos.

CADASTRAMENTO PRÉVIO

Licitantes Não Cadastrados: até o dia 14/12/2018 (horário local)

ENTREGA DO ENVELOPE "PROPOSTA DE PREÇOS"

Até o dia 18/12/2018, às 09:00 (horário local)

--SESSÃO DE ABERTURA: dia 18/12/2018, às 09:00 (horário local)

DATA: 29 de novembro de 2018.

PRESIDENTE DA CPL: Afranio Oliveira da Silva

5.6. AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2018

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CNPJ nº 05.805.924/0001-89

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2018

OBJETO: O objeto desta licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para execução de reforma e ampliação de sala para abrigar a Promotoria de Avelino Lopes, no fórum da cidade, na Avenida Sérgio Gama, nº153, centro, Avelino Lopes - PI, de acordo com as especificações técnicas **discriminadas** no anexo I (Projeto Básico).

TIPO: Menor preço.

TOTAL DE LOTES: Lote I (10 itens).

VALOR TOTAL: O valor total fixado para a futura contratação é de **R\$ 74.864,07 (Setenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e sete centavos).**

ENDEREÇO: Coordenadoria de Licitações e Contrato, Procuradoria Geral de Justiça, localizada na Rua Álvaro Mendes, nº 2294, Centro, Teresina-PI.

EDITAL DISPONÍVEL: a partir de 30 de novembro de 2018 no site WWW.MPPI.MP.BR, no link Licitações e Contratos.

CADASTRAMENTO PRÉVIO

Licitantes Não Cadastrados: até o dia 14/12/2018 (horário local)

ENTREGA DO ENVELOPE "PROPOSTA DE PREÇOS"

Até o dia 18/12/2018, às 11:00 (horário local)

--SESSÃO DE ABERTURA: dia 18/12/2018, às 11:00 (horário local)

DATA: 29 de novembro de 2018.

PRESIDENTE DA CPL: Afranio Oliveira da Silva

5.7. EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2018

- a) **Espécie:** Contrato nº. 45/2018, firmado em 06 de Novembro de 2018, entre a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí, CNPJ nº 05.805.924/0001-89, e a empresa SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE), CNPJ nº 29.575.369/0001-04;
- b) **Objeto:** O presente CONTRATO tem por objeto o fornecimento, pela CONTRATADA, de água tratada e/ou de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, destinado a atender às edificações pertencentes e locadas pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí no município de Oeiras - PI.
- c) **Fundamento Legal:** Lei nº 8.666/93;
- d) **Procedimento de Gestão Administrativa:** nº. 19.21.0378.0000231/2018-28;
- e) **Processo Licitatório:** INEXIGIBILIDADE Nº 06/2018, Art.25, caput, Lei nº 8.666/93;
- f) **Vigência:** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura;
- g) **Valor:** a CONTRATANTE pagará, mensalmente, à CONTRATADA, o valor calculado pelo volume medido, multiplicado de acordo com a tabela tarifária vigente da CONTRATANTE;
- h) **Cobertura orçamentária:** Unidade Orçamentária: 25101; Projeto/Atividade: 2400; Fonte de Recursos: 00; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Nota de Empenho: 2018NE01592;
- i) **Signatários:** pela contratada: Sr. Assuero César Rêgo, CPF 948.663.683-49 e contratante, Cleandro Alves de Moura, Procurador-Geral de Justiça.
- Teresina, 29 de Novembro de 2018.

6. GESTÃO DE PESSOAS

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CNPJ: 05.805.924/0001-89

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 45/2018

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 45/2018 CELEBRADO PELA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO E A EMPRESA SAAE OEIRAS - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231/2018-28.

CONTRATANTE: O Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, com sede na Rua Álvaro Mendes, nº 2294, centro, Teresina-PI, inscrito no CNPJ: 05.805.924/0001-89, representado neste ato pela Procuradora-Geral de Justiça, Carmelina Maria Mendes de Moura, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 12, V, da Lei Complementar Estadual Nº 12, de 18 de dezembro de 1993.

CONTRATADA: Serviço Autônomo de Água e Esgoto(SAAE), inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 29.575.369/0001-04, estabelecida na Rua André Holanda, nº 716, Centro, CEP: 64.500-000, representada pelo Senhor Assuero César Rêgo Pinheiro, portador da Cédula de Identidade n.º 2.068.017 SSP-PI e CPF n.º 948.663.683-49, de acordo com a representação legal que lhe é outorgado.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente instrumento, instruído no contrato n.º 45/2018, Procedimento de Gestão Administrativa nº 231/2018-28, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo visa à prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses do contrato nº 45/2018, com base no art. 57, § 2º da Lei nº 8.666/93 e cláusula quarta do contrato administrativo nº 45/2018, cujo objeto a contratação de serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, destinado a atender às edificações pertencentes e locadas pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí no Município de Oeiras-PI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

2.1 O valor total do presente termo aditivo será de R\$ 1.576,44 (um mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos:

I – Unidade Orçamentária: 25101

A

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CNPJ: 05.805.924/0001-89

- II - Natureza da Despesa /Elemento: 3.3.90.39;
III - Projeto/Atividade - 2400;
IV - Fonte de Recursos – 00;
V - Nota de Empenho – 2019NE1635

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 O prazo de vigência deste termo aditivo será de 12 (doze meses), contado a partir da data de 06 de novembro de 2019(06/11/2019), podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses contados a partir da vigência do contrato original, por convenção entre as partes, conforme dispõe o art. 57, inciso II da lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

6.1 A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, no Diário Oficial Eletrônico do MPPI, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

Teresina, 05 de Novembro de 2019

CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA:43931650391
391
Assinado de forma digital por CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA:43931650391
Dados: 2019.11.05 12:59:15 -03'00'
Carmelina Maria Mendes de Moura
Procuradora-Geral de Justiça

Assuero César Rêgo Pinheiro
Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE - Oeiras
Representante: Assuero César Rêgo Pinheiro

TESTEMUNHAS:

1. *Assuero César Rêgo Pinheiro*
2. *Assuero César Rêgo Pinheiro*

CPF 572.936.383-47
CPF 650.706.073-91

do MPPI, e no site WWW.LICITACOES-E.COM.BR.

Início do Acolhimento das Propostas: 14 de novembro de 2019, às 12:00 (horário de Brasília/DF);

Abertura das Propostas: 29 de novembro de 2019, às 09:00 (horário de Brasília/DF);

Data e Horário da Disputa: 29 de novembro de 2019, às 11:00 (horário de Brasília/DF);

DATA: 13 de novembro de 2019.

PREGOEIRO: Cleyton Soares da Costa e Silva

5.2. EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 01 AO CONTRATO Nº. 45/2018

a)Espécie: Termo Aditivo nº. 01 ao Contrato nº. 45/2018, firmado em 05 de Novembro de 2019 entre a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - CNPJ 05.805.924/0001-89 e a empresa Serviço Autônomo de Água e Esgoto(SAAE)., inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 29.575.369/0001-04

b)ProcessoAdministrativo: nº. 231/2018-28;

c) Objeto: O presente termo aditivo visa à prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses do contrato nº 45/2018, com base no art. 57, § 2º da Lei nº 8.666/93 e cláusula quarta do contrato administrativo nº 45/2018, cujo objeto a contratação de serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, destinado a atender às edificações pertencentes e locadas pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí no Município de Oeiras-PI

d) Fundamento Legal: Art. 62, § 3º, inciso I da Lei nº 8.666/93, c/c os artigos 45 e 51 da Lei 8.245/1991;

e)Vigência: O prazo de vigência deste termo aditivo será de 12 (doze meses), contado a partir da data de 06 de novembro de 2019(06/11/2019), podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses contados a partir da vigência do contrato original, por convenção entre as partes, conforme dispõe o art. 57, inciso II da lei 8.666/93.;

f) Valor Total: O valor total do presente termo aditivo será de R\$ 1.576,44 (um mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

g) Ratificação: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo;

h) Cobertura Orçamentária: Projeto Atividade: 2400; Natureza da Despesa: 3.3.90.39; Fonte de Recurso: 100; Nota de empenho: 2019NE01635;

i)Signatários: Pelo contratado, o Senhor Assuero César Rêgo Pinheiro CPF 948.663.683-49 e contratante, Dra. Carmelina Maria Mendes de Moura, Procuradora-Geral de Justiça.
Teresina- PI, 13 de Novembro de 2019.

TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 45/2018

**TERMO ADITIVO Nº 02 AO
CONTRATO Nº 45/2018
CELEBRADO ENTRE A
PROCURADORIA-GERAL DE
JUSTIÇA E A AUTARQUIA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE
ÁGUA E ESGOTO. PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº
19.21.0013.0003997/2020-39.**

CONTRATANTE: O Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, com sede na Rua Álvaro Mendes, nº 2294, Centro, Teresina-PI, inscrito no CNPJ: 05.805.924/0001-89, representado neste ato pela Procuradora-Geral de Justiça, Carmelina Maria Mendes de Moura, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 12, V, da Lei Complementar Estadual Nº 12, de 18 de dezembro de 1993.

CONTRATADA: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 29.575.369/0001-04, estabelecida na Rua André Holanda, nº 716, Centro, Oeiras-PI, CEP: 64.500-000, representada pelo Sr. Assuero César Rêgo Pinheiro, portador da Cédula de Identidade nº 2.068.017 SSP-PI e CPF (MF) nº 948.663.683-49, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente instrumento, instruído no contrato nº 45/2018 (Inexigibilidade de Licitação nº 06/2018), Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.21.0013.0003997/2020-39, observado o disposto no inciso II, § 3º do art. 62 da Lei nº 8.666/93 e mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo visa a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 45/2018 por tempo indeterminado, cujo objeto é o fornecimento de água tratada e/ou de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, destinado a atender às edificações pertencentes e locadas pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí no município de Oeiras-PI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 O valor total anual do presente termo aditivo será de **R\$ 1.576,44 (um mil quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)**, devendo a importância de **R\$ 298,35 (duzentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos)** ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos:

I – Unidade Orçamentária: 25101

II - Natureza da Despesa /Elemento: 3.3.90.39;

III - Projeto/Atividade - 2000;

IV - Fonte de Recursos – 100;

V - Nota de Empenho – 2020NE00733

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 O prazo de vigência deste termo aditivo será prorrogado, a partir de 06 de novembro de 2020 (06/11/2020), por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

6.1 A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, no Diário Oficial Eletrônico do MPPI, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

Carmelina Maria Mendes de Moura

Procuradora-Geral de Justiça

Assuero César Rêgo Pinheiro

Serviço Autônomo de Água e Esgoto



Documento assinado eletronicamente por **ASSUERO CESAR REGO PINHEIRO**, Usuário Externo, em 06/11/2020, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA**, Procuradora-Geral de Justiça, em 06/11/2020, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0034332** e o código CRC **9A79F37E**.

CLÁUSULA 4ª: O Compromissário implementará, no prazo de **60 (sessenta) dias**, caso ainda não tenha constituído, um **Conselho de Alimentação Escolar - CAE**, constituído de representantes do Poder Executivo local, representantes da área da educação, de pais de alunos e representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica, nos termos do artigo 18 da Lei 11.947/2009, e providenciará a estrutura adequada para o seu funcionamento, mediante a disponibilização de sala de reuniões, computador, telefone, secretária e veículo para realização de inspeções e vistoria.

§ 1º: Após a devida implementação e estruturação do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, o Município de Arraial disponibilizará a prestação de contas das verbas do programa alimentar ao CAE e à Câmara de Vereadores. Fornecerá ao CAE, ainda, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas, tais como: editais de licitação, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência.

CLÁUSULA 5ª: O Compromissário se obriga a observar o disposto na Resolução nº 18/2018, do FNDE, que dispõe sobre procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de alimentos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei nº 11.947/09.

CLÁUSULA 6ª: Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle e fiscalização por parte de qualquer órgão incumbido de zelar pela proteção dos interesses individuais, difusos e coletivos, caso haja violação por ação ou omissão do Compromissário a tais interesses/direitos;

CLÁUSULA 7ª: Fica reservado ao Ministério Público Estadual o direito de realizar visitas aos órgãos municipais, bem como acompanhar e fiscalizar, ou solicitar de outros órgãos perícias/vistorias, a qualquer tempo, o cumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA 8ª: O descumprimento injustificado de quaisquer das obrigações previstas no presente termo importará na aplicação imediata de multa diária de R\$ 1000,00 (mil reais), a ser executada judicialmente, assumindo o representante do compromissário, pessoalmente, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e da adoção das medidas judiciais e administrativas cabíveis, incluindo execução específica, na forma estatuida no § 6º, do art. 5º, da Lei Federal nº 7.347/1985 c/c o art. 814 do NCPC.

§ 1º: Os recursos da(s) multa(s) serão destinados ao Fundo de Modernização do Ministério Público do Piauí, instituído pela Lei Estadual nº 5.398/04, mediante pagamento voluntário ou execução forçada do presente termo, que tem força de título executivo extrajudicial, na forma da lei, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA 9ª: A superveniência de óbices e obstáculos para o cumprimento do ajustado deverão ser comunicados, de forma pormenorizada, à 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Floriano, devidamente instruídos com a documentação que lhes dão suporte para análise;

CLÁUSULA 10ª: O Ministério Público do Piauí publicará este Termo de Ajustamento de Conduta no Diário Eletrônico do MP e/ou Diário da Justiça e/ou no Diário dos Municípios.

Pelo Promotor de Justiça abaixo assinado foi referendado o compromisso celebrado, com base no Art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, conferindo-lhe a natureza de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784, IV do NCPC.

Finalmente, fica eleito, pelas partes, o foro de Floriano para dirimir qualquer dúvida decorrente deste termo, inclusive eventual ação executiva, consistente em obrigação de fazer, nos termos da Lei 7.347/85, com renúncia a qualquer outro.

Floriano, 14 de outubro de 2020.

José de Arimatéa dourado Leão
Promotor de Justiça
Compromitente

Maria Auxiliadora Lima dos Santos Oliveira
Secretária Municipal de Educação de Arraial
Compromissária

Dr. Neyran de Oliveira Porto
Procurador do Município

3. LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.1. EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 45-2018

REFERÊNCIA: Processo Administrativo nº 19.21.0013.0003997/2020-39, Termo Aditivo nº 02 ao Contrato 45/2018;

CONTRATADO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 29.575.369/0001-04;

OBJETO: O presente termo aditivo visa a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 45/2018 por tempo indeterminado, cujo objeto é o fornecimento de água tratada e/ou de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, destinado a atender às edificações pertencentes e locadas pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí no município de Oeiras-PI;

ASSINATURA: Firmado em 06 de novembro de 2020;

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste termo aditivo será prorrogado, a partir de 06 de novembro de 2020 (06/11/2020), por tempo indeterminado;

DO VALOR: O valor total anual do presente termo aditivo será de **R\$ 1.576,44 (um mil quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)**, devendo a importância de **R\$298,35 (duzentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos)** ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente - Lei Orçamentária Anual de 2020.

DADOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 25101, Programa de Trabalho: 2000, Natureza da Despesa: 3.3.90.39, Fonte de Recursos: 00, Nota de Empenho: 2020NE00733

DA RATIFICAÇÃO : Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo

SIGNATÁRIOS: Pela contratada, o Sr. Assuero César Rêgo Pinheiro, inscrito no CPF (MF) nº 948.663.683-49 e contratante, Dra. Carmelina Maria Mendes de Moura, Procuradora-Geral de Justiça.
Teresina- PI, 09 de novembro de 2020.

3.2. EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2020/PGJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2020/PGJ

a) Espécie: Contrato nº. 33/2020, firmado em 06 de novembro de 2020, entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí, CNPJ nº 05.805.924/0001-89, e a empresa J. P. BARBOSA E SILVA EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 23.653.504/0001-06;

b) Objeto: Constitui objeto deste Contrato, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recarga de extintores de incêndio dos prédios do Ministério Público do Estado do Piauí em Teresina-PI com as especificações contidas no Termo de Referência;

c) Fundamento Legal: art. 24, II, da Lei 8.666/93;

d) Procedimento de Gestão Administrativa: nº. 19.21.0010.0004776/2020-03/SEI;

e) Processo Licitatório: Dispensa nº 37/2020, art. 24, II, da Lei 8.666/93;

f) Vigência: O contrato terá a duração de 02 (dois) anos, sem reajuste de valores, contados da data de sua assinatura, tendo eficácia após a



ContratosWeb - Recibo de Finalização

Informativo para efeito de cumprimento da IN TCE/PI Nº 06 de 16/10/2017



Órgão : PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA DO PIAUI

nº processo TCE

CW-005747/19

nº contrato

45/2018

nº processo administrativo

231/2018-28

procedimento origem

Inexigibilidade

objeto

Fornecimento de água tratada e/ou coleta e tratamento de esgoto sanitário destinado a atender às edificações pertencentes e locadas pela Procuradoria-Geral de Justiça do Piauí no município de Oeiras-PI

nome do contratado

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE OEIRAS)

cpf/cnpj

29.575.369/0001-04

data da assinatura

06/11/2018

valor contratado

R\$7.882,20

data do cadastro

06/11/2019

data últ. alteração

12/11/2020



ContratosWeb - Recibo de Incidente Cadastrado
Informativo para efeito de cumprimento da IN TCE/PI Nº 06 de 16/10/2017



Órgão : PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA DO PIAUI

nº processo TCE

CW-005747/19

nº contrato

45/2018

nº processo administrativo

231/2018-28

tipo do incidente

Termo aditivo

data da assinatura

06/11/2020

data do cadastro

12/11/2020

últ alteração

12/11/2020

Eventos do(a) Termo aditivo

Evento	Descrição
Reajuste de preços previsto no contrato	O valor total anual do presente termo aditivo será de R\$ 1.576,44 (um mil quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro)